



A *Sétima Idade* de Fernão Lopes: novo tempo para os Príncipes de Avis?

Marcella Lopes Guimarães (UFPR)

Assi que doutra hidade desta presentem vida, nenhuũ sse tremeteo de fallar, salvo quamto alguũs disserom, que assi como Deos criara o mũdo per espaço de seis dias, e no septimo follgara, que assi a follgamça das sprituaaes almas que no Paraíso averiã, seria a septima hidade; mas taaes openioões bem som demgeitar acerca dos emtemdididos; ca pois Jhesu Christo no evangelho disse, que do postumeiro dia, nenhuũ era sabedor, nem aimda os angios do ceo, senom soomente o Padre, taaes fallamentos pouca parte teem de verdade. (CDJ, I, c. CLXIII).

O cronista português Fernão Lopes (1385-1460) foi o autor do maior monumento literário que o seu reino viu nascer no século XV e foi nomeado pela dinastia de Avis para representar os eventos que a alçaram ao trono, sucedidos no século anterior. O cronista legou-nos uma trilogia protagonizada por D. Pedro I (1357-1367), D. Fernando (1367-1383) e D. João I (1385-1433), este, o novo rei de Avis. Na sua última crônica, cujo destaque recai em torno da crise de 1383-1385 e dos primeiros atos de D. João I como rei, Fernão Lopes interrompe a sucessão dos acontecimentos para propor uma digressão que é a fonte para a compreensão do título deste texto. A *Sétima Idade* é uma metáfora, pois o cronista a enuncia “como quem jogueta per comparaçom” (CDJ, I, c. CLXIII). Depois de reproduzir as eras como Eusébio (260-339), Beda (672-735) e outros sábios as compreenderam: a primeira de Adão a Noé; a segunda de Noé até Abraão etc, Fernão Lopes elabora a *Sétima Idade*:

na quall se levamtou um mundo novo, e nova geeraçom de gemtes; porque filhos dhomeês de tam baixa comdiçom que nom compre de dizer, per seu boom serviço e trabalho, neste tempo foram feitos cavalleiros, chamamdosse logo de novas linhageẽs e apellidos. Outros se apegarom aas antiigas fidallguias, de que já nom era memória, de guisa que per dignidades e honrras e offiços do rreino em que os este Senhor seemdo Meestre, e depois que foi Rei, pos, montarom tanto ao deamte, que seus decedentes oje em dia se chamam doões, e som theudos em gram comta. (CDJ, I, c. CLXIII)

A *Sétima Idade* é, portanto, uma elaboração que se relaciona a construções já clássicas no tempo de Lopes, declaradas por ele quando da convocação dos nomes de Beda e Eusébio. Surpreendentemente, o cronista não se reporta a Agostinho de Hipona (354-430) e, quando cita os dois primeiros, só registra a obra de Eusébio, *De temporibus*, por que não revelou em que texto Beda fez a segmentação das idades? Só conhecia bem Eusébio? Ora, ou cronista fugiu dos inventários exaustivos, ou conhecia



essas fontes apenas de ouvir dizer. Como me inclino para a segunda possibilidade, acredito que os vínculos mais significativos para a elaboração proposta por ele podem ser identificados com eventos do medievo mais próximos da época em que viveu.

A metáfora é anterior à elevação do Mestre de Avis em cortes, mas posterior, por sua vez, à outra elaboração de Fernão Lopes que com ela tem relação, o “evangelho português”, enunciado também com um eufemismo discursivo, uma “breve e solta comparação” (CDJ, I, c. CLIX). Este procedimento atenuaria o tom herético da sua licença poética¹, advindo da analogia, por um lado, entre Cristo e o Mestre de Avis, e, por outro, entre seu cavaleiro Nun’Álvares Pereira e São Pedro. Na verdade, muito embora possamos destacar essas duas elaborações do cronista, a *Crônica de D. João I* está repleta de elementos que abrem brechas para o mito², sintetizado no próprio codinome do Mestre, *Mexias de Lixboa*.

Para avaliarmos as potencialidades significativas da metáfora da Sétima Idade, que designa o tempo de uma nova geração de homens, enaltecidos pelo serviço ao Mestre e oriundos de baixos estratos, que no tempo do cronista são os novos “doões”, proponho em primeiro lugar o resgate de um texto de José Mattoso de *Fragmentos de uma composição medieval*. Nele, o historiador verifica que à roda da crise de 1383-1385, “os Teles e os Castros constituíam só por si os principais membros da nobreza superior, ou pelo menos daquela que deve a sua superioridade à frequência da corte”³. Há ainda outras famílias bem situadas, como os Azevedo, os Melo, os Silva e alguns dos Sousa⁴, mas Mattoso recua um pouco no tempo, para o reinado de D. Dinis, para afirmar que a alta nobreza achava-se reduzida em Portugal, muito em razão do “afastamento da corte régia da maioria das grandes linhagens tradicionais portuguesas, substituídas por bastardos régios”⁵.

Mesmo depois das alianças propostas por Afonso IV (1325-1357), Mattoso não vê essas grandes linhagens de volta, mas sim o soerguimento de uma nobreza

¹ Já interpretei essas relações, entre o evangelho português, a Sétima Idade e o franciscanismo no texto “O ‘hábito’ franciscano do cronista português Fernão Lopes: a participação dos menores e a importância do seu ideal na ascensão da Dinastia de Avis”, apresentado em Santiago de Compostela, em julho de 2005. O texto aguarda publicação.

² REBELO, L. Sousa. *A Concepção de poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983 p.58. Conferir também o capítulo “D. João I: de ‘Mexias’ a Rei” em GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Estudo das representações de monarca nas crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV). O espelho do rei: “-Decifra-me e te devoro”*. Tese de doutoramento em História defendida no dia 22 de abril de 2004 nas dependências da UFPR, Curitiba (PR). 274 p.

³ MATTOSO, José. *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p.282.

⁴ Idem.

⁵ Idem, p.283.



secundária, como os Pacheco e os Coelho, contra quem D. Pedro I se levantaria. No reinado de D. Fernando, os Teles concentram os privilégios e fomentam invejas nos outros grupos, cuja voz sairá do ostracismo na Crise de 1383-1385, quando outras vozes do reino se lhes farão coro.

No século XIV, a situação econômica da nobreza não é boa, pois ela não havia se adaptado “à economia de mercado que alastrava constantemente a partir das cidades. Os rendimentos da terra nobre, mal administrada, não chegavam ao consumo”⁶. Por isso vemos reis aumentando as quantias dos vassalos e abrigando em sua corte, não só filhos segundos, mas também chefes de linhagem em difícil situação financeira. Contra essa proteção, protestam sempre os concelhos.

No cerne da questão dos apoios à D. Beatriz ou ao Mestre de Avis, na Crise de 1383-1385, agudizam-se questões que trazem à baila os problemas financeiros dessa nobreza, sobretudo nas grandes disparidades entre primogênitos e secundogênitos em relação às heranças. Nesse período, porém, “as alterações da tática e da estratégia militar” e a “sua influência sobre a trajetória de muitos nobres”⁷ também abalariam o fraco equilíbrio da balança em uma reino exíguo para as fomes da nobreza. A consequência da primeira dificuldade é que “os bastardos e filhos segundos destas famílias tendem a aliar-se ao Mestre e os chefes de linhagem a D. Beatriz”⁸, porque o primeiro grupo se apercebeu da possibilidade de se apropriar dos bens dos quais os partidários do rei de Castela teriam de abrir mão caso fossem derrotados. Fernão Lopes evidencia isso quando colige nomes de linhagens coincidentes para os adeptos das facções opostas. Esse fato não exclui as muitas exceções ao esquema, sobretudo motivadas por alianças matrimônias.

Em relação aos aspectos militares, Mattoso observa que “as guerras ganhavam-se ou perdiam-se, agora, com a ajuda de companhias de profissionais, pagas a peso de ouro, bem armadas e com poucos escrúpulos”⁹, ora essa profissionalização influenciou sobejamente a feição da nobreza¹⁰, assim como a participação das ordens religiosas militares ratificou o seu peso no cenário, “nestas condições pode-se considerar verdadeiramente simbólico o protagonismo dos dois grandes heróis da Revolução e das

⁶ Idem, p.284-285.

⁷ Idem, p.286.

⁸ Idem.

⁹ Idem, p.288.

¹⁰ Idem.



guerras com Castela, o Mestre de Avis e Nun'Álvares Pereira"¹¹. Tão simbólico quanto esse protagonismo assumido por dois personagens ligados direta e indiretamente a ordens militares, está o próprio fato, representado por Fernão Lopes:

segundo o qual o Mestre de Avis teria armado cavaleiros muitos dos seus homens, antes da batalha de Aljubarrota (CDJ, II, c.39), (...) Seja ou não verídico, representa o rito de passagem que consagrava e justificava a sua nobilitação. Sessenta anos mais tarde, quando Fernão Lopes escrevia, as suas famílias atribuíam certamente a esse acto a legitimidade do seu estatuto privilegiado¹².

Fernão Lopes silencia a respeito de uma série de famílias portuguesas importantes e catapulta Matim Vasques da Cunha e seus filhos apenas por ocasião das cortes em Coimbra, pois é muito provável que eles e as outras famílias silenciadas se identificassem não com o partido do Mestre de Avis, mas com o do infante João de Castro, preso em Castela. A declinação posterior desses e a necessidade expressa de se exigir deles homenagem provaria o quanto as famílias da alta nobreza podem ter se sentido traídas pelo Mestre que, segundo o cronista castelhano Pero Lopez de Ayala¹³, mandara até confeccionar uma bandeira em que figurava o infante Castro a ferros, no início da demanda do irmão como Defensor do reino.

Os dados sobre a trajetória dos indivíduos no texto de José Mattoso foram retirados das crônicas de Fernão Lopes e o historiador também faz menção aos importantes estudos de Maria José Pimenta Ferro sobre o papel da nobreza no período da crise de 1383-1385. Esses elementos já foram em grande parte confirmados nas chancelarias por Maria José, como a nota 8 do texto de Mattoso esclarece. A físsura aberta pelos membros da alta nobreza, dizimados, divididos ou exilados, é ocupada e alargada pelos nobres de segunda categoria promovidos pela vitória que ajudaram a engendrar, a do Mestre de Avis. É essa vitória que os leva a constituírem as suas linhagens¹⁴. Se o texto de Fernão Lopes apresenta os dados que já foram usados até para uma leitura anti-salazarista¹⁵, também se propõe a uma interpretação mais problemática, como a que Maria José e Mattoso o fazem. Ainda sim, o mesmo texto abre brechas para o mito, para uma concepção de história singular, na qual a metáfora da *Sétima Idade* parece querer representar um novo tempo, protagonizado por novos homens, o que

¹¹ Idem, p.289.

¹² Idem, p.290.

¹³ 2º capítulo do VI ano do reinado de D. Juan I de Castela.

¹⁴ MATTOSO, op. cit., p.290.

¹⁵ Mattoso menciona essa interpretação no início do seu texto, quando se insurge contra a simplificação que atribui a adesão da nobreza senhorial a Castela e a da burguesia e do povo ao Mestre de Avis.



predestina, de certa forma, os portugueses e, sobretudo, uma dinastia que iniciaria a expansão portuguesa. Fernão Lopes não escreveu sobre esse empreendimento, mas o viu acontecer e teve a vida alterada por ele¹⁶.

A datação dos feitos registrados nas crônicas de Fernão Lopes respeita a Era de César ou Era Hispânica, cujo início aponta para 1º de janeiro de 38 a.C.¹⁷, apesar de o abandono desse marco ter se dado ainda no reinado do último monarca representado por Lopes, D. João I, em 1422. É possível que, dado o fato de a representação da vida do monarca português feita pelo cronista sequer chegar à empresa de Ceuta (1415), só narrada por Gomes Eanes de Zurara (1410-1474), Fernão Lopes tenha mantido esse procedimento para ser coerente com a forma como eram percebidos os acontecimentos de então. Em Castela, a Era Hispânica foi rechaçada antes, no reinado de D. Juan I (1379-1391), como demonstra Pero Lopez de Ayala¹⁸, substituída, portanto, pela de Cristo. É certo que Fernão Lopes trabalhou com a Era de César, não bastassem as datações, no capítulo em que propõe a *Sétima Idade*, afirma-a textualmente, “assi que esta hidade que dizemos que sse começou nos feitos do Meestre, a quall pella era de César per que esta cronica he cõpillada, há agora seseemta annos que dura”¹⁹ (*CDJ*, I, c. CLXIII), mas estava informado sobre a mudança do marco que definia a Era Cristã, leu Ayala e o incorporou sobejamente. O ponto fixo, quer se tratasse da Era de César, quer da Era Cristã, “introduz no calendário uma noção linear (...) [marca] uma idéia de evolução positiva ou negativa: progresso ou decadência (...) as eras são em geral acontecimentos considerados como fundadores, criadores, com um valor mais ou menos mágico”²⁰. Se esse aspecto mágico não pode estar presente no texto pela adoção da Era Cristã, está presente no seu viés positivo na metáfora da *Sétima Idade*, iniciada pela elevação do Mestre de uma ordem militar e por uma série de acontecimentos maravilhosos, dentre os quais a aparição dos vinte cavaleiros/sacerdotes próximos ao muro do patrono de Lisboa, São Vicente de Fora (*CDJ*, I, c. CXI). Fernão Lopes leu e viveu a mudança de um marco, embora não o tenha incorporado no texto, pois não havia chegado o tempo de registrar a alteração proclamada pelo seu Mestre. Viveu o

¹⁶ Fernão Lopes perdeu um filho em Tânger.

¹⁷ Conferir LOYN, H. R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p.64.

¹⁸ Capítulo V, do V ano do reinado de D. Juan I de Castela.

¹⁹ Se Fernão Lopes afirma que há 60 anos ela dura, seu marco seria a elevação do Mestre em 1385, ou seja, situa a escrita do trecho em torno da década de 40 do século XV.

²⁰ LE GOFF, Jacques. “Calendário” in *Enciclopédia Einaudi*. V. 1. Imprensa Nacional Casa da Moeda, s/d. p.285.



deslocamento de um paradigma que trazia o Messias, Cristo, como o fundador de uma era. O fundador da *Sétima Idade*, D.João I, é identificado na crônica que protagoniza, coincidência ou não..., como o *Mexias de Lixboa*.

A metáfora da *Sétima Idade* é ainda coerente com o seu iniciador, o menos provável e o menos carismático candidato ao trono português de então, por outro viés:

Fernão Lopes mostra-no-lo nos seus momentos de medo, (...) mostra-no-lo perplexo (...), retraindo-se primeiro, comprometendo-se depois, escampando-se em seguida (...) com medo (...). Mostra-o diminuído pela figura do condestável, que lhe desobedece (...) Mostra-o derrotado em diversos cercos por culpa sua (...) Mostra-no-lo ainda em momentos de fúria cega (...). Mas também no-lo mostra de olhos marejados de lágrimas à beira de um ferido por uma seta envenenada, a quem os médicos mandavam beber da própria urina para se salvar, tomando ele próprio a bacia e bebendo a urina do cavaleiro para lhe tirar a repugnância.²¹

Um homem, enfim, que aprende a ser rei. O cronista mostra esse aprendizado no segundo volume da crônica, talvez já ajudado na composição pelo seu sucessor Zurara²². Assim, a *Sétima Idade* poderia guardar uma potencialidade pedagógica, na medida em que sugere a necessidade de aprendizado e trabalho para viver sua disposição benéfica, cujo modelo seria o próprio rei. Ora, a prosa dos Príncipes de Avis desempenharia a função educativa do tempo aberto pela nova era proposta por Fernão Lopes. Outra direção pela qual este trabalho poderia enveredar é a do cruzamento da matéria intrínseca dessa produção com a metáfora de Fernão Lopes, mas sem que este seja o propósito aqui, os elementos dessa obra não parecem apontar para uma harmonia de parte a parte, mas para a intenção maior da obra, sem que cada elemento corresponda exatamente ao todo urdido afinal.

Na leitura do *Livro da Montaria* de D. João I²³, por exemplo, veríamos que “Correr o monte” era uma prática da alta nobreza, que afastava o ócio e exercitava para a guerra. A sua intenção não era a definição do jogo e sim o registro do que deveria fazer parte de uma prática considerada sadia pelo monarca. A obra responderia, portanto, à necessidade de reger uma coletividade “carente” de valores cultuados justamente pela velha nobreza. Neste sentido, é possível aproximar-se da “medievalidade” de D. João I discutida por Manuela Mendonça²⁴. “Os livros tanto se

²¹ SARAIVA, António J. *Fernão Lopes*. Lisboa: Europa-América, s/d. p.60-61.

²² Conferir a tese de doutorado já referida na nota 2.

²³ Sobre o *Livro da Montaria*, conferir a tese referida na nota 2, entre as páginas 58 e 62.

²⁴ MENDONÇA, Manuela Apud SOUZA, Risonete Batista de, in *A Literatura doutrinária na corte de Avis*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.171.



prestam para ensinar aos que não sabem, como para ajudar os que sabem a reter o conhecimento”²⁵ e D. João I “assume (...) o papel de educador de seus súditos (...), procura [com a sua obra] traçar (...) normas que servirão de guia de comportamento para a nobreza cortesã”²⁶, em uma sociedade que passa a acreditar cada vez mais e dar maior importância ao registro escrito. Assim, o projeto maior do livro, pedagógico, relaciona-se à *Sétima Idade*, ainda que os postulados da lição resgatem os valores do mundo velho para o qual a metáfora virou as costas.

Luís de Sousa Rebelo, Helder Macedo e Fernando Gil já entreviram a importância do significado da *Sétima Idade* para o mundo do aqui e agora. O primeiro²⁷ ressalta a relevância das idéias de Joaquim de Fiori (1132-1202), disseminadas pelos espirituais franciscanos, como fundamentais para essa construção e aqui ratifico o posicionamento do autor. É esse arcabouço de idéias mais próximo do cronista que fundamenta a sua inovação em relação ao modelo clássico. O que Fernão Lopes faz é um entrecruzamento de esquemas, ainda que o próprio modelo do abade da Calábria recombine referências, dentre as quais os mesmos clássicos. Segundo Mircea Eliade, a originalidade da interpretação de Joaquim de Fiori é “em primeiro lugar, contrariando a opinião de Santo Agostinho, (...) que, depois de uma série de tribulações, a história conhecerá uma época de beatitude e de liberdade espiritual. Por conseguinte, a perfeição cristã está diante de nós, no futuro histórico (idéia que nenhuma teologia ortodoxa podia aceitar)”²⁸. Parece que Fernão Lopes se apercebe disso, pois do contrário, por que a ressalva: “como quem jogueta per comparaçom” (*CDJ*, I, p.350)?

Para Joaquim de Fiori, “a trindade se manifesta na história da humanidade determinando suas etapas e permitindo uma interpretação (...) [ela] serve de esquema para reconhecer uma escala de valores éticos no comportamento da humanidade, no roteiro de sua salvação”²⁹. Assim, teríamos a Idade do Pai, da lei ou do Velho Testamento; a do Filho, época de clérigos e do Novo Testamento e, por fim, a do Espírito Santo, “período do Amor”, de “um conhecimento espiritual superior”, fundada em uma “nova Igreja (...) assentada sobre uma nova ordem monástica (...), tomando o

²⁵ SOUZA, Risonete Batista de, op. cit., p.176/177.

²⁶ Idem, p.193.

²⁷ REBELO, op. cit., p.68/69.

²⁸ ELIADE, Mircea. *História das crenças e das idéias religiosas*. Tomo III. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984. p.134.

²⁹ FALBEL, Nachman. *A Luta dos espirituais e sua contribuição para a reformulação da teoria tradicional acerca do poder papal*. São Paulo: USP, 1976. p.116.



lugar da Igreja carnal, corrompida”³⁰. A nova ordem abrigaria a visão de uma igreja não hierarquizada³¹.

Desde muito cedo, as idéias de Joaquim de Fiori tiveram especial penetração entre os franciscanos, Nachman Falbel registra já entre 1243 e 1247³². Elas só tiveram tal impactação e sucesso porque, de certa forma, puderam ser lidas como questionamento a uma feição da Igreja nos séculos XII e XIII, como possibilidade de renovação, representada pelo Espírito Santo e como esperança frente às duras perseguições aos espirituais em pontificados como os de João XXII (1316-1334) e Bonifácio VIII (1294-1303). Houve, portanto, encontro entre uma proposta que formulou o desejo de melhores dias do seu tempo e as aspirações daqueles que não sabiam como dizê-las: “os aspectos milenaristas [da obra de Joaquim de Fiori], conjugados com a esperança de realização dentro de um tempo finito, empolgaram a imaginação das gerações seguintes”³³.

O período do Espírito Santo teria um marco, uma data para começar (1260) no único mundo que conhecemos. Essa visão da história teve tão grande repercussão junto aos franciscanos espirituais, que arrastou para fora da Ordem nomes como Ubertino de Casale (1259-1330) e Pedro João Olivi (1248-1298). Em Portugal, também no século XIV, tempo da narrativa de Lopes, o reino “viveu épocas de profunda crise que contribuíram para fortalecer o sentimento religioso na esperança de melhores dias”³⁴ e, embora a expansão dos observantes ainda precise ser estudada no reino, a atividade dos franciscanos em favor do Mestre de Avis é sobejamente narrada pelo cronista português e tem relação com esses tempos difíceis. Um indício para confirmar a chegada do pensamento dos joaquimitas à Península Ibérica é a presença de um seu propagador ruidoso, o catalão Arnaldo Villanova (1240-1313), na corte de Pedro III de Aragão, pai da rainha santa Isabel de Portugal (1270-1336). Esta também fortemente influenciada pelos franciscanos.

António José Saraiva dá notícia da incursão dos primeiros observantes no reino em 1392³⁵. Lembra ainda de Fr. Gonçalo Marim, cujo devoto era o filho bastardo de D.

³⁰ Idem.

³¹ Idem, p.118.

³² Idem, p.120.

³³ LOYN, H. R., op. cit., p.223-224.

³⁴ SERRRÃO, Joel (dir.). *História de Portugal I*. Povia de Varzim: Verbo, 1990. p.383.

³⁵ SARAIVA, A.J. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1998. p. 77.



João I, D. Afonso, Duque de Bragança³⁶, e de Fr. Arias, próximo do mesmo rei de Avis, que o teria convidado a reformar o convento de São Francisco de Alenquer, onde encontrou opositores nos frades lá instalados³⁷. Outro nome conhecido por propostas austeras foi Fr. Gomes do Porto, contra quem também se levantaram hostilidades³⁸. Na tradução portuguesa da *Crônica dos 24 gerais*, há considerações simpáticas a Fr. João de Parma (1204-1284), ministro geral da Ordem, acusado justamente de ser joaquimita e substituído por Boaventura³⁹. Também de “tendência extremista”⁴⁰ foi Fr. Álvaro Pais, “tocado do milenarismo apocalíptico do abade Joaquim”⁴¹, embora não tenha chegado a se indispor com o Papa, como quase o fez outro português, Fr. Estevão, para quem Cristo não possuía bens⁴². Mais extremista que esses observantes, o participante de Alfarrobeira beato Amadeu da Silva deixou na segunda metade do século XV um tratado de fortes tendências messiânicas⁴³. Essas tendências prosseguem no século XVI, na pena de um Fr. Marcos de Lisboa, tradutor de Fr. Jacopone da Todi, um espiritual encarcerado pelo Papa no fim do século XIII. Esses fatos demonstram a proximidade que as idéias espirituais de tendências joaquimitas tinham no centro do poder e como elas se expandiram em Portugal, em velocidade maior que as possibilidades dos pés dos seus cultores originais.

Mesmo assumindo o caráter metafórico do tema, Fernão Lopes traz para a História a realização de uma esperança para este mundo e esse traço fundamental sela o vínculo com o significado histórico do Espírito Santo para Joaquim de Fiori. Tanto na pena do português quanto na do italiano, um acontecimento turbulento marca a passagem das eras, para o segundo, a vinda do Anticristo; para o primeiro, a entrada de D. Juan de Castela em Portugal, em desrespeito ao Tratado de Salvaterra de Magos (1383). É preciso reconhecer que aqui Fernão Lopes parece ir ao encontro de expectativas, desejosas de melhores dias:

nos vários extratos da população, o sentimento religioso aparecia muitas vezes traduzido em formas de superstição, com actos de heresia ou simples blasfêmias. Para a integral captação do homem português do século XIV, importa ter em conta essas reações psicológicas que faziam da religião a via

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem, p.78.

³⁹ Idem, p.79.

⁴⁰ Idem, p.80.

⁴¹ Idem, p.81.

⁴² Idem.

⁴³ Idem, p.82.



de arrependimento para as violências físicas ou de mera expressão oral comumente praticadas.⁴⁴

A mudança para a era de Cristo pode ter inspirado Fernão Lopes, que agregava ao Mestre o epíteto dado pela sua “noiva” *Lixboa*, mas a metáfora projeta o reino português e lhe afirma um lugar que só Vieira, no século XVII, teria “coragem” de assumir⁴⁵. Ao afirmar para seus coetâneos que já viviam a *Sétima Idade* há sessenta anos, o cronista lembra aos que foram alçados a melhores condições em virtude da adesão ao Mestre que eram participantes de um evento benéfico que vinha renovar e vivificar⁴⁶ o reino português. Por quê? No livro da *Ensinança de cavalgar toda sela*, D. Duarte (1433-1438) se ressentia de que os cavaleiros afastaram-se das suas motivações originais, estavam “minguados de manha”⁴⁷. A *Sétima Idade* deveria lembrá-los? Fernão Lopes afirma:

E assi como o Filho de Deos chamou os seus Apostollos, dizendo que os faria pescadores dos homeës, assi muitos destes que o Meestre acreçemtou, pescarom tantos pêra ssi per seu gramde e homroso estado, que taaes ouve hi que tragiam comthinuadamente comssigo viimte e trimta de cavallo; e na guerra que sse seguio os acompanhavom trezentas e quatroçemtas lamças e alguës fidallgos de linhagem. (*CDJ*, I, p.350)

Nesse trecho, é clara a importância do caráter militar que Mattoso já evidenciara, exaltado aqui nos partícipes de um “apostolado” novo, do *Mexias de Lixboa*. Se a metáfora é reforço para a memória quando a geração de Aljubarrota começava a morrer, ela pode não ser elaboração única do seu tempo, mas a primeira expressão de um retrato que seria ratificado por Nuno Gonçalves, pintor da corte do neto de D. João I. Nos painéis de São Vicente, frades, infantes, o arcebispo e pescadores estão irmanados na contemplação da cena que tem em seu centro um descendente de Avis, que priva com o santo patrono de Lisboa. Pescadores aparecem em Fernão Lopes e em Nuno Gonçalves, imagens que, longe de oferecerem a anacrônica visão democrática que tantos querem ver no cronista, são símbolos de uma visão salvídica, renovadora, que oferece significado para as expectativas mais aterradoras na realidade do outono da Idade Média portuguesa.

⁴⁴ SERRÃO, op. cit., p.386.

⁴⁵ MACEDO, Helder, GIL, Fernando. *Viagens do olhar – Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento português*. Porto: Campo das Letras, 1998. p.159/160.

⁴⁶ Anseios da Idade do Espírito Santo.

⁴⁷ Conferir p.63 da tese referida na nota 2.



Fontes:

AYALA, Pero Lopez de. *Crónica del rey Don Juan, primero de Castilla é de Leon* in *Biblioteca de autores españoles desde la formación Del lenguaje hasta nuestros dias. Crónicas de los reyes de Castilla desde Don Alfonso el Sabio, hasta los católicos Don Fernando y Doña Isabel*. Colección ordenada por Don Cayetano Rosell. Tomo II. Madrid, 1953.

LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Porto: Livraria Civilização, s/d. (volumes I e II)